

Relações raciais e racismo nos mundos do trabalho

Race relations and racism in the worlds of labor

Paulo Cruz Terra*
Robério Santos Souza**

ÁLVARO PEREIRA NASCIMENTO indicou, em artigo de 2016, a ausência da cor dos trabalhadores nos estudos sobre os mundos do trabalho nos séculos xx e xxi e a invisibilização dos males e conflitos provocados pelo racismo, que impactaram a sobrevivência e a ascensão socioeconômica da população negra do século xix até os dias atuais.¹ Fabiane Popinigis e Paulo Terra apresentaram posteriormente, em artigo de 2019, um novo balanço da historiografia do trabalho em que indicaram que, se por um lado, já era bem desenvolvida a superação da dicotomia entre trabalho escravo e trabalho livre, por outro, ainda era necessário um maior contingente de análises sobre os efeitos do racismo nas relações de trabalho e como se davam as relações raciais nas organizações das trabalhadoras e dos trabalhadores.²

O presente dossiê busca ser uma contribuição para esse debate e é o primeiro da *Revista Mundos do Trabalho*, publicada ininterruptamente desde 2009, inteiramente dedicado à análise das relações raciais e racismo nos mundos do trabalho. Trata-se de um esforço em conjunto, tendo em vista que os organizadores também propuseram pela

* Doutor em História pela Universidade Federal Fluminense (UFF). Pesquisador CNPq e Jovem Cientista do Nosso Estado - FAPERJ. Professor do Departamento de História e do Programa de Pós-Graduação em História da UFF. E-mail: paulocruzterra@id.uff.br. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-0717-3399>.

** Doutor em História pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Professor Titular do Departamento de História e do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade do Estado da Bahia (UNEB). E-mail: roberiossouza@gmail.com. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-5380-3363>.

1 NASCIMENTO, Álvaro Pereira do Nascimento. Trabalhadores negros e “paradigma da ausência”: contribuições à história social do trabalho no Brasil. **Estudos Históricos**, v. 29, n. 59, p. 607-629, 2016. Alguns balanços historiográficos anteriores haviam chamado a atenção para a importância da aproximação dos estudos sobre os mundos do trabalho do pós-abolição daqueles dedicados à escravidão, destacando a complexidade das formas de trabalho e as multifacetadas experiências dos trabalhadores e das trabalhadoras, seus elos, conexões e sua diversidade, “para além das noções de classe social e acima das fronteiras das abordagens de pesquisa”, dos quais podemos citar: NEGRO, Antonio Luigi; GOMES, Flávio dos Santos. Além de senzalas e fábricas: uma história social do trabalho. **Tempo Social**, v. 18, n. 1, p. 217-240, 2006. CHALHOUB, Sidney; SILVA, Fernando Teixeira da. Sujeitos no imaginário acadêmico: escravos e trabalhadores na historiografia brasileira desde os anos 1980. **Cadernos AEL**, v. 14, n. 26, p. 11-49, 2010.

2 TERRA, Paulo Cruz; POPINIGIS, Fabiane. Classe, raça e a história social do trabalho no Brasil (2001-2016). **Estudos Históricos**, v. 32, n. 66, p. 307-328, 2019.

primeira vez um Simpósio Temático com a mesma temática, dentro do Simpósio Nacional de História, em São Luiz, em 2023, a partir da iniciativa da Associação Nacional de História do Trabalho.

Apesar do ineditismo do dossiê, a qualidade dos artigos aqui reunidos, bem como das comunicações apresentadas em São Luiz, evidencia que diversas iniciativas têm sido empreendidas no sentido de explorar com mais vagar as múltiplas conexões entre relações raciais, racismo e mundos do trabalho. Contudo, é importante mencionar que, embora seja possível perceber um esforço maior recentemente nesse sentido, estudos anteriores, mesmo que esparsos, já trouxeram algumas reflexões importantes.

Ao analisarem o cotidiano do trabalho no Rio de Janeiro, nos anos iniciais da República, Gladys Sabina Ribeiro e Sidney Chalhoub, por exemplo, apontaram, ainda na década de 1980, a presença de conflitos raciais e nacionais como expressão das tensões provenientes da luta pela sobrevivência entre os populares.³ Já no final da década seguinte, Ana Beatriz Loner apresentou uma investigação precursora que abordava, por exemplo, o papel das associações negras de Pelotas, na Primeira República. Segundo a autora, a análise da rede associativa se justificou porque, diante do “preconceito e discriminação que enfrentavam na sociedade, os negros foram obrigados a desenvolver” entidades diferenciadas das demais.⁴

Loner trouxe também uma importante contribuição para a temática em artigo publicado na *Revista Mundos do Trabalho*, em 2016, em coautoria com Miguel da Cunha Filho e Ubirajara Monteiro, sobre a trajetória de um escravo que, ao se libertar, se tornou médico em Pelotas nos anos iniciais do século XX. Trajetórias de trabalhadores negros, como estudadas no referido texto, ajudam a entender como eles “lutaram por melhores condições de vida para seu grupo, em alguns casos para a classe operária, e, em última análise, para eles próprios e para suas famílias”.⁵ Aliás, é justamente um dossiê da mesma revista dedicado a Beatriz Loner que reúne o maior número de artigos que tratam da relação entre a questão racial e aspectos dos mundos do trabalho.⁶

O presente dossiê possibilita esmiuçar que, ao longo da história do Brasil, na escravidão ou no pós-abolição, trabalhadores e trabalhadoras negras —motivadas, muitas vezes, pela necessidade de mitigar a insegurança econômica, garantir liberdade e autonomia, fortalecer laços comunitários ou combater os efeitos da discriminação racial e do racismo— constituíram e reuniram-se em diversos espaços associativos, desde irmandades

3 CHALHOUB, Sidney. **Trabalho, lar e botecoim**: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da *Belle Époque*. Campinas: Editora da Unicamp, 2001. RIBEIRO, Gladys Sabina. **Mata galegos**. Os portugueses e os conflitos de trabalho na primeira República. São Paulo: Brasiliense, 1989.

4 LONER, Ana Beatriz. **Construção de classe**: operários de Pelotas e Rio Grande, 1888-1930. Pelotas: Editora da UFPel, 2016. p. 167.

5 LONER, Ana Beatriz; CUNHA FILHO, Miguel Angelo Vieira da; MONTEIRO, Ubirajara Soares Monteiro. De escravo a doutor: Euzébio de Queiroz Coutinho Barcellos. **Revista Mundos do Trabalho**, v. 5, n. 9, p. 189-213, 2013.

6 **Revista Mundos do Trabalho**, v. 11, 2019.

religiosas ou terreiros de candomblé às sociedades de auxílio mútuo, recreativas, dançantes e desportivas, cordões e clubes carnavalescos etc. Esse vasto repertório de experiências associativas de afro-brasileiros, em diferentes contextos históricos, a exemplo dos *clubes negros*, são definidas como expressões de um associativismo negro, de acordo com Petrônio Domingues. Após defini-los conceitualmente e situá-los dentro das manifestações do associativismo negro, o autor destaca que os clubes negros, ao longo do tempo, ganharam notoriedade e se constituíram em áreas de investigação importantes entre os acadêmicos no Brasil. Com anos de pesquisas dedicados ao tema, Domingues, nesse artigo, chama a atenção para o aspecto polissêmico —os “diversos sentidos e significados”— que traduz a trajetória e atuação dos clubes negros, e nos ajuda a compreender, com mais profundidade, as experiências de afrodescendentes no país.

As irmandades e sociedades mutualistas também se constituíram em espaços fundamentais de agremiação e atuação de pessoas de cor no Brasil. É exatamente sobre duas importantes instituições mutualistas, criadas por pessoas negras, a Irmandade dos Desvalidos (1832) e a Sociedade Protetora dos Desvalidos (SPD, 1851), ambas da Bahia, que Douglas Leite dedica sua análise. Acionando documentos históricos até então desconhecidos, Leite debruça-se sobre aspectos do conflito, até então silenciados pela historiografia, entre os integrantes da Irmandade dos Desvalidos, em fins de 1840, que teria resultado na cisão da Irmandade dos Desvalidos e, como consequência, na criação da SPD. Esse silêncio historiográfico sobre o tema, de acordo com o autor, pode ser explicado nos próprios desdobramentos desse atrito entre os irmãos da confraria, que teve consequências nos fundos documentais e, também, na própria memória produzida sobre essas instituições.

Evidenciar aspectos ainda não explorados pela historiografia é uma das intenções de Leite. Ele argumenta, a partir de minuciosa análise de novos registros históricos, que os atritos entre os irmãos da irmandade embora, à primeira vista, pareçam relacionados ao dissenso em relação aos cofres da instituição, não se tratava apenas de uma questão meramente financeira, mas dizia respeito, sobretudo, às diferentes visões sobre as mudanças e os rumos do mutualismo negro na Bahia.

O associativismo negro se fez presente nas festas populares do Brasil, cujas expressões podemos encontrar nos cordões carnavalescos, jongos ou nos cordões brincantes etc. Em profundo diálogo com a historiografia sobre o tema, Carolina Martins nos brinda com uma análise sobre as experiências de indivíduos, majoritariamente negros, que integravam, organizavam e mobilizavam os cordões de bumba meu boi, entre final do século XIX e as primeiras décadas do século XX, no Maranhão. A partir de documentos policiais, notadamente as solicitações de licença para desfilar pelas ruas de São Luís, a autora aponta as tentativas de controle e repressão das autoridades e elites maranhenses sobre essas manifestações, com bases nos preconceitos e estereótipos raciais vigentes, amplamente presentes nos periódicos.

Muitos dos boieiros, pessoas que integravam os cordões, eram trabalhadores e trabalhadoras de diversos ofícios. Martins acredita que esses cordões constituíam, para essas pessoas, espaços fundamentais para o desenvolvimento e fortalecimento de elos comunitários, compartilhamento de experiências, afirmação de direitos e de cidadania, formas de lazer e, também, religiosidade. Os boieiros, como Joaquim Aleixo, participavam e atuavam, de forma concomitante, em diversos outros espaços associativos, a exemplo de sindicatos, sociedades mutualistas, irmandades, casas de candomblé etc., indicando, segundo Martins, que os cordões de bumba meu boi integravam, na verdade, uma experiência associativa mais extensa.

As mulheres negras se fizeram presentes e tiveram certo protagonismo em alguns desses espaços associativos, a exemplo dos clubes negros. Contrariando os limites sociais que lhes reservavam os ofícios domésticos, elas “lutavam por seu direito à diversão, expresso na possibilidade de dançarem sem que virassem alvo nem dos preconceitos de homens, nem das opressões de gênero comuns entre os próprios trabalhadores”. Por isso, como destacou Domingues, a importância das pesquisas recentes sobre os clubes negros, por exemplo, abrirem-se às novas perspectivas de abordagem do tema, incorporando dimensões como raça, classe e gênero, entre outras, que atravessam as multifacetadas experiências de seus integrantes.

Ao levantar justamente a importância de explorar as intersecções de raça, classe e gênero, Fabiane Popinigis acompanha as estratégias, na década de 1880, pela indenização na forma de salários de Hermínia, uma jovem “preta”, “solteira” e que trabalhava no “serviço doméstico” no Rio de Janeiro. Diante do contexto da abolição, Popinigis mostra como Hermínia vai disputar um mercado de trabalho em meio aos processos de reformulação de hierarquias sociais e de racialização, que impunham outros limites às expectativas de direitos a uma trajetória já marcada pela insegurança de sua condição de trabalhadora livre, pobre e negra. Mesmo diante das limitações, a ação indicaria que Hermínia e seus aliados entendiam que aquela era uma conjuntura favorável para tentar expandir suas reivindicações por direitos e cidadania por meio da Justiça.

A imprensa aparece como um importante espaço de atuação, mas também como fonte para entender as trajetórias de trabalhadoras e trabalhadores negros, assim como as discriminações enfrentadas por elas e eles. O racismo a que foram submetidas mulheres lavadeiras, no Rio de Janeiro da década de 1890, é analisado por Daniela Magalhães da Silveira por meio da imprensa e da literatura. Ao utilizar notícias de crimes envolvendo lavadeiras noticiados nos jornais, bem como o romance *O cortiço*, a autora demonstra como a ênfase nos relatos em questões raciais fez com que literatos e jornalistas construíssem modelos de comportamento que serviam como parâmetro para que os crimes e comportamentos femininos fossem julgados de antemão, reforçando o racismo existente na sociedade recentemente saída da escravidão. Apesar daqueles homens de letras estarem

informados pelo racismo científico, Silveira indica que as narrativas também iluminaram histórias de mulheres que lutaram por seus relacionamentos familiares e afetivos, bem como por suas casas.

Já a imprensa como espaço crucial de atuação profissional para homens negros é tratada por Magali Engel. Ela investiga a trajetória do tipógrafo João Henriques de Lima Barreto (1853-1922), tratando da sua formação profissional educacional, da carreira como tipógrafo na Imprensa Nacional e de sua inserção em uma série de associações no Rio de Janeiro nas duas últimas décadas do Império, fossem elas entidades de trabalhadores ou envolvidas com a causa da libertação dos escravizados. A presença de intelectuais negros em múltiplas associações e suas diversas frentes de mobilização no século XIX tem sido uma relevante contribuição dos estudos recentes.⁷ A história do tipógrafo negro possibilita, segundo Engel, aferir que, mesmo dentro dos limites da condição de subalternidade colocados pelo lugar racial e social que ocupava, ele foi agente de suas escolhas profissionais e políticas.

A imprensa, mais especificamente a negra, também foi um local importante na trajetória de Frederico Baptista de Souza, um dos principais nomes do Movimento Negro de São Paulo no início do século XX. Livia Maria Tiede aponta, por um lado, que assim como Souza, muitos outros homens negros que escreveram na imprensa negra ganhavam o pão em outros espaços, exercendo, assim, jornada dupla no jornalismo, ou em outras funções. Por outro lado, ela indica que se os jornais negros foram espaços de anúncios de serviços, eles também não deram eco às denúncias de conflitos envolvendo racismo nos espaços de trabalho, e, para a autora, a razão passa longe da ausência dos casos de discriminação, mas por se tratar de uma estratégia de resistência. Além disso, acompanhamos a experiência de Frederico como funcionário da Faculdade de Direito, e Tiede nos indica como o racismo pode ter interferido no seu crescimento profissional dentro daquele espaço e os possíveis impactos na sua condição de vida e de sua família.

Nos mundos do trabalho ou na arena política institucional e eleitoral, o racismo e o preconceito racial impuseram limites e muitos desafios aos homens e mulheres negras, nos períodos pré- e pós-abolição no Brasil, restringindo os espaços de atuação e participação, produzindo desigualdades e alijando grande parte da população de direitos fundamentais.

As relações entre partidos políticos, eleições e a questão racial têm aparecido em alguns debates públicos, instado, sobretudo, pelos movimentos sociais e ativistas negros, que reconhecem e denunciam o quanto a raça e o racismo organizam e definem as representações políticas no Brasil, alijando do processo homens e mulheres negras. Se esse debate ainda encontra resistência entre as forças políticas hegemônicas na sociedade brasileira, do ponto de vista acadêmico, a discussão, apesar de recente, parece ser profícua,

⁷ Vide, por exemplo, o caso de França e Silva analisado por Ana Flávia Magalhães Pinto. PINTO, Ana Flávia Magalhães. Vicente de Souza: interseções e confluências na trajetória de um abolicionista, republicano e socialista negro brasileiro. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 32, n. 66, p. 267-286, 2019.

abordando temas como o PCB e a questão racial; e o envolvimento e a participação de indivíduos negros na estrutura partidária e eleitoral, dentre outras dimensões.

Edinaldo Souza reconhece as contribuições acerca da discussão, mas identifica que esses estudos, até aqui, dão mais destaque aos partidos políticos e ao ativismo negro, sem olhar com ênfase “as experiências e trajetórias de operários e ativistas sindicais negros” no contexto do Estado Novo. Ao privilegiar a imprensa da época para análise, além de fontes orais, Silva reconstituiu trajetórias e atuações políticas importantes de alguns sindicalistas e operários negros. Ademais, o autor nos ajuda a pensar como a dimensão de cor, raça, trabalho e classe, presentes nas experiências daqueles homens, foram decisivas para sua aproximação e engajamento na política partidária e eleitoral.

Por fim, debruçando-se sobre sociedades coloniais da América espanhola, especificamente da região de La Plata, no século XVII, Paola Revilla Orías investiga como se constituíram e se expressaram fortes laços afetivos entre afrodescendentes e indígenas, apesar da violência da instituição escravista. A partir da perspectiva da História Social, ela analisa documentos que lhe permitem acompanhar dimensões de afetos e sentimentos presentes nas experiências e trajetórias compartilhadas entre indígenas e afrodescendentes escravizados. De acordo com Revilla Orías, apesar das diferenças étnicas e jurídicas e da própria dinâmica da violenta estrutura escravista, esses indivíduos foram capazes de superar esses obstáculos, realizar matrimônios, construir elos e redes de amizade e solidariedade e ter filhos, mesmo enfrentando os desafios impostos àquela sociedade colonial.

Os artigos aqui reunidos permitem, portanto, observar uma miríade de aspectos sobre as conexões entre relações raciais, racismo e mundos do trabalho. Por um lado, indicam como a análise das trajetórias individuais e coletivas é fulcral para esmiuçar os preconceitos e dificuldades vivenciados nos espaços de trabalho. Por outro, como as histórias de vida também evidenciam as estratégias para suplantar as limitações colocadas pelo lugar racial, de classe e, em certos casos, de gênero, e as lutas por direitos e cidadania. As múltiplas dimensões do associativismo aparecem como espaços privilegiados para compreender pontos das experiências da população afro-brasileira, desde o combate ao racismo até a garantia de liberdade e autonomia. Além de conceberem as associações mutualistas como dimensões importantes de suas vidas, operários e sindicalistas negros, mobilizados pela raça e pela classe, atuaram fortemente no movimento sindical e na política partidária e eleitoral, combatendo os obstáculos impostos pela opressão de classe e pela discriminação racial. A construção de elos afetivos entre afrodescendentes e indígenas, superando as barreiras étnicas e jurídicas, e a violência escravista colonial na sociedade setecentista da América espanhola são mais uma dimensão dessa profusão de multifacetadas experiências negras no Brasil e nas outras partes das Américas.